

COOPERANDO

Boletim Informativo da Organização Latino-Americana e do Caribe de Instituições Fiscalizadoras Superiores

Edição No. 41 | Julho - Setembro, 2021 | Lima, Peru

OLACEFS

ORGANIZACIÓN LATINOAMERICANA Y DEL CARIBE
DE ENTIDADES FISCALIZADORAS SUPERIORES



XXX Assembleia
General
Ordinaria
OLACEFS
Colombia • 2021

EDITORIAL

Em dezembro realizaremos a XXX Assembleia Geral Ordinária da OLACEFS. Após 2 anos, compartilharemos novamente em um formato misto que inclui presencial e virtual, em nível regional, o que nos agrada e nos enche de alegria, pois é uma reunião há muito esperada para continuar compartilhando nossas experiências.

A XXX Assembleia Geral será realizada de 1 a 3 de dezembro na cidade de Cartagena de Índias, Colômbia. O evento proporcionará um espaço para fortalecer a gestão da auditoria pública, apresentar o progresso da organização em nível regional e global, trocar conhecimentos e experiências sobre questões de interesse comum, assim como consolidar os laços de cooperação existentes.

Gostaria de agradecer a todos os EFS que estarão presentes tanto pessoalmente quanto virtualmente, que têm se preparado com a melhor disposição para esta reunião tão esperada.

Nelson Shack Yalta
Presidente da OLACEFS

COOPERANDO

Boletim Informativo da Organização Latino-Americana e do Caribe de Instituições Fiscalizadoras Superiores

Editorial	1
Notícias OLACEFS	3
Notícias EFS	10
Atividades OCCEFS e EFSUR	23
OLACEFS e ODS	26
Próxima Agenda	28

OLACEFS

ORGANIZACIÓN LATINOAMERICANA Y DEL CARIBE
DE ENTIDADES FISCALIZADORAS SUPERIORES



Palestras Chave das OLACEFS na Supervisão Governamental



De 1 de outubro a 3 de novembro de 2021, foi realizada a bem-sucedida série de Palestras de Palestra Principal do OLACEFS sobre Supervisão do Governo por ocasião do Aniversário das Metas de Desenvolvimento Sustentável. Com grande satisfação, é relatado que foram realizadas 22 sessões de conferência, com uma audiência de mais de 15.000 usuários conectados.

As apresentações das Conferências Mestres sobre Controle Governamental do OLACEFS incluíram a participação de Instituições Superiores de Auditoria da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico e República Dominicana. O objetivo dessas reuniões era criar um espaço para o intercâmbio de informações, conhecimentos e experiências em nível regional sobre questões de controle governamental, gestão pública, inovação, tecnologias, participação cidadã, Agenda 2030, entre outras.

A Presidência da OLACEFS é grata pela participação das Palestras Chave da OLACEFS na Supervisão Governamental, palestrantes e participantes.

Cursos oferecidos pelo Comitê de Desenvolvimento de Capacidade da OLACEFS em agosto e setembro



O Sistema de Gestão Educacional (SGA) do Comitê de Capacitação (CCC) continua divulgando várias iniciativas de treinamento oferecidas pelas ISC do Chile, Equador e México a todas as ISC da Organização das Instituições Superiores de Auditoria da América Latina e Caribe (OLACEFS).

Os seguintes cursos virtuais estiveram disponíveis em agosto e setembro:

- Auditoria da Gestão de Talentos Humanos (EFS Equador) - 02/08 a 30/08
- Redação de Documento (EFS Chile) - 02/08 a 26/09
- Processo de Gerenciamento de Risco Geral (EFS México) - 16/08 a 13/09
- Metodologia de Avaliação de Risco de Integridade (EFS México) - 16/08 a 13/09
- As normas internacionais da EFS (EFS México) - 16/08 a 13/09
- Contexto geral das normas ISSAI (EFS México) - 16/08 a 13/09
- Liderança - I (EFS México) - 16/08 a 13/09
- Controle Interno - Estrutura Integrada (EFS México) - 16/08 a 13/09
- Desenvolvimento de Habilidades de Gestão - I (EFS México) - 16/08 a 13/09

Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher: O que eu ganho com isso? Sextorção na América Latina e no Caribe



Todo 25 de novembro é o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher, cujo tema é “Pintar o Mundo de Laranja”: Financiar, responder, prevenir, coletar! Como parte desta campanha, que marca o início dos 16 dias de ativismo que terminam em 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, o Grupo de Trabalho sobre Igualdade de Gênero e Não-Discriminação (WGG) está organizando um webinar sobre Sextorção, uma forma não só de violência baseada em gênero, mas também de corrupção.

A apresentação do seminário online sobre Sextorção incluirá a participação de um painel de especialistas composto por Susana Medina de Rizzo, Presidente da Associação Internacional de Mulheres Juízes, Ana Linda Solano, Advogada e Consultora da EUROsociAL+ e especialista em Corrupção e Gênero, e Lourdes Parramon, Chefe de Relações Institucionais, Visibilidade e Participação no Escritório Antifraude da Catalunha. Além disso, teremos a participação da Controladoria Geral da República, Jorge Bermúdez, que explicará a importância de incluir estas questões nas Instituições Superiores de Auditoria (EFS), e quais são os desafios.

O Webinar O que eu ganho com isso? A sextorção na América Latina e no Caribe ocorrerá na quinta-feira, 25 de novembro às 12h00 (GMT -3), através da plataforma Zoom.

As inscrições estão abertas aqui:

https://us06web.zoom.us/webinar/register/WN_6UquVr-qQlyMQ9-3ciQsEg

Em 17 de novembro, será realizado um Webinar para lançar os resultados da auditoria coordenada sobre passivos ambientais da mineração



O Grupo de Trabalho sobre Auditoria de Obras Públicas realizará o webinar “Relevância do controle na função de proteção ambiental”. O desafio da gestão do MAP na região”, a ser realizado em 17 de novembro de 2021 às 11:00 h em Santiago, com a participação de especialistas reconhecidos internacionalmente.

O evento apresentará os principais resultados e conclusões desta auditoria coordenada, que envolveu a participação de 13 países da América Latina e do Caribe: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Peru, assim como instituições de auditoria subnacionais, como o Honorable Tribunal de Cuentas de la Provincia de Buenos Aires, Argentina e o Tribunal de Cuentas del Estado de Bahía, Brasil.

O Webinar será interpretado simultaneamente em espanhol, inglês e português.

Guarde a data e nos encontre no dia 17 de novembro!



OLACEFS e GIZ assinam memorando de entendimento para a luta eficaz contra a corrupção

Em agosto de 2021, a Organização das Instituições Superiores de Auditoria da América Latina e Caribe (OLACEFS), e a Cooperação Alemã através da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH (GIZ), assinam um Memorando de Entendimento, formalizando o compromisso para a implementação conjunta do Projeto Regional Fortalecimento do Controle Financeiro Externo para a Prevenção e Combate Eficaz à Corrupção.

Consciente do efeito da corrupção e do papel relevante das Instituições Superiores de Auditoria (ISC) na sua prevenção e combate, em aliança com a sociedade civil e outros órgãos governamentais, o objetivo é fortalecer a participação das ISC nos sistemas nacionais anticorrupção, considerando o contexto pandêmico da COVID-19 (nível regional) e questões transversais relevantes (promovendo o processo de digitalização do controle externo e a promoção da igualdade de gênero).

O projeto considera três resultados:

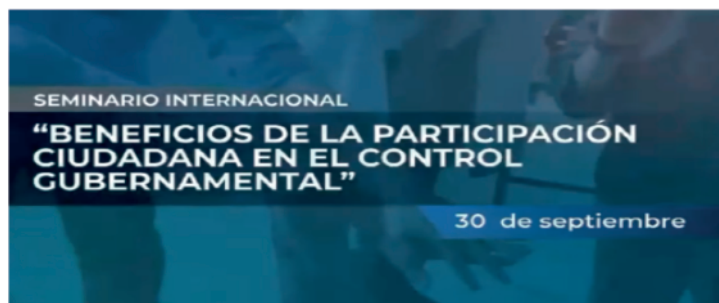
- Melhorar a oferta de serviços OLACEFS para a participação ativa das ISC nos sistemas nacionais anticorrupção;
- Otimizar a participação de atores não governamentais para aumentar o escopo das auditorias (incluindo o desempenho) das ISC; e,
- Reforçar o intercâmbio de informações e a cooperação técnica entre as ISC e outros atores governamentais.



TSC apresenta experiências no Seminário Internacional sobre Participação Cidadã



O Tribunal Superior de Contas (TSC) de Honduras foi representado no seminário internacional “Benefícios da Participação Cidadã no Controle Governamental”, coordenado pelo Comitê de Participação Cidadã do OLACEFS (CPC), liderado pela Instituição



Fiscalizadora Superior (EFS) do Peru, e pelo Comitê de Capacitação (CBC) da Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria (INTOSAI), presidido pelo EFS da África do Sul.

Este Seminário foi oferecido com o objetivo principal de proporcionar uma visão geral das práticas e desafios globais em relação à participação cidadã no controle governamental, com a participação de representantes das Instituições Superiores de Auditoria (ISC) da América Latina, que apresentaram as experiências bem-sucedidas de seus círculos eleitorais e sub-regiões. Também participaram especialistas de organizações internacionais, que compartilharam as vantagens da participação dos cidadãos no controle dos recursos públicos.

A agenda incluiu tempo para o TSC apresentar a experiência dos benefícios da participação cidadã no controle governamental, não apenas em Honduras, mas também na Organização das Instituições Superiores de Auditoria da América Central e Caribe (OCCEFS). As experiências foram apresentadas pelo Diretor de Participação Cidadã do TSC, César Santos.

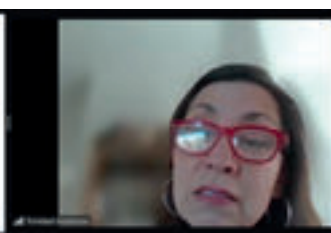
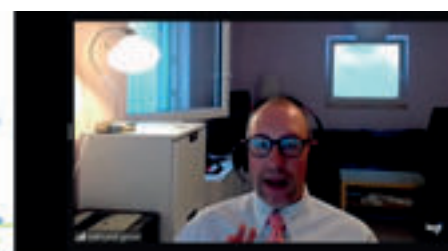
Além disso, os palestrantes incluíram o Controlador Geral da República do Peru, Nelson Shack Yalta, Presidente da OLACEFS; o Auditor Geral da África do Sul, Tsakani Maluleke, Presidente do Comitê de Capacitação da INTOSAI; e o Especialista Sênior em Modernização do Governo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Outros membros do painel foram Fabián Forestieri, Diretor de Relações Internacionais da Controladoria do Paraguai; Patricia Guillén Nolasco, Ligação Técnica da Comissão de Participação Cidadã da OLACEFS. O moderador foi Marcos Mendiburu, um especialista em transparência, responsabilidade e governo aberto.

Aprendizagem social nas auditorias do TAI

Na Iniciativa Global IDI “Transparência, Responsabilidade e Auditorias de Inclusão no Uso de Fundos de Emergência para a COVID-19, Auditorias TAI” foram realizados quatro Webinars de aprendizagem social. Especialistas em diversas áreas compartilharam sua experiência com as equipes de auditoria das ISC da Argentina, Bolívia, Guatemala, El Salvador, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Uruguai e outras regiões da INTOSAI.

Na primeira, Claire Schouten da Parceria Internacional de Orçamento (IBP) e Ermira Lubani da ONU Mulheres falaram sobre a importância da igualdade de gênero e da participação da sociedade civil na auditoria suprema. Na segunda, Santiago Dutra do TCU do Brasil apresentou os resultados da auditoria dos pacotes de ajuda socioeconômica entregues à população. No terceiro, Edmund Grove, Diretor de Auditoria de Programa da Gavi, Vaccine Alliance, disse que as vacinas para a COVID-19 são uma ferramenta indispensável para lidar com a emergência. A governança e a alocação de recursos enquadram a eficácia dos esforços de vacinação. Na quarta, Sabrina Comotto, especialista em compras públicas, comentou que os sistemas de compras públicas têm sido uma das principais estruturas para a gestão oportuna da crise sanitária. Trinidad Inostroza, consultor do BID e do BM e ex-diretor da ChileCompras, indicou que esses sistemas têm sido sujeitos a altas demandas: respostas rápidas, insumos altamente especializados, distorção na cadeia de suprimentos, superfaturamento de preços, escassez de suprimentos médicos, falta de um órgão de coordenação.

O PDWG OLACEFS acompanha o IDI na região.



Tribunal de Contas da União retoma o diálogo sobre a governança na administração pública



As reuniões “Governança para altos executivos do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Educação” marcaram a reabertura dos Diálogos do TCU com instituições do Poder Executivo Federal. Realizados no Instituto Serdezello Corrêa (ISC) de 16 a 22 de setembro, os eventos reuniram vários líderes para compartilhar experiências sobre boas práticas de governança no setor público.

“Adotar políticas de governança na administração pública significa produzir resultados e atender às necessidades da sociedade nas mais diversas áreas - saúde, educação, infraestrutura. A governança precisa de direção, avaliação e monitoramento”, antecipou o Ministro Augusto Nardes na abertura das palestras proferidas durante os eventos.

A situação de governança nos Ministérios de Minas e Energia e Educação, a Política de Governança Pública - Decreto 9.203/2017 e o Índice Integrado de Governança e Gestão (IGG) foram alguns dos tópicos discutidos.

A iniciativa do Ministro Nardes teve início em 2017, após a publicação do Decreto 9.203/2017, que trata da Política de Governança na Administração Pública Federal. Em cada edição dos Diálogos, os representantes de um Ministério são convidados para o debate. Contando com 2018 e 2019, 16 reuniões já foram promovidas.



Participação da EFS do Chile na Trigésima Sexta Reunião do Comitê de Peritos do MESICIC



Un reciente estudio del Consejo para la Transparencia identificó a la Contraloría como la Institución mejor rankeada respecto a su rol en la lucha contra la corrupción

¿Cuáles son las tres instituciones en las que usted más confía para luchar contra la corrupción?

Institución	Porcentaje
Contraloría General de la República	33.1%
Medios de comunicación	10.4%
Consejo para la Transparencia	11.1%
Ministerio Público/Fiscalía	11.5%
Policía de Investigaciones (PDI)	10.8%
Ninguna	10.9%
ONG's - Sociedad Civil	12.6%
Servicio de Impuestos Internos (SII)	8.8%
Fiscal Auditor	3.4%
Cárceles	1.2%
OTR	3.9%
Gobierno	1.2%
Congreso de la República	1.7%

© (1) 2020. Mecanismo de Promoción del Derecho de Acceso a la Información en Funcionarios Públicos [Enero 2021]

A Controladoria Geral da República do Chile participou da Trigésima Sexta Reunião do Comitê de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC), realizada em formato virtual entre os dias 13 e 16 de setembro de 2021.

O EFS, além de fazer parte dos especialistas que compõem a delegação chilena que participou desta reunião, participou da Sessão Especial sobre Experiências, desenvolvimentos e/ou lições aprendidas no uso das novas tecnologias de informação e comunicação para prevenir e combater a corrupção, liderada pelo Controlador Geral da União, Jorge Bermúdez Soto.

Nesta sessão especial, foi apresentado o desafio que a Controladoria está empreendendo com o uso das TIC na prevenção e na luta contra a corrupção. Assim, com o desenvolvimento da Plataforma Única de Análise de Dados, a ferramenta NIA, o Escritório da Controladoria Geral da República do Chile tornou-se uma organização voltada para os dados que procura alinhar seu trabalho com a promoção da integridade e a luta contra a corrupção.



A Controladoria Geral da República do Chile apresenta sua Estratégia Nacional Anticorrupção



A Controladoria Geral da República do Chile, Sr. Jorge Bermúdez apresentou a Estratégia Nacional Anticorrupção em conjunto com representantes de organizações da sociedade civil.

12

Na terça-feira, 5 de outubro, a Controladoria Geral da República do Chile, com a participação das autoridades competentes, apresentou sua Estratégia Nacional Anticorrupção junto com representantes das organizações Espacio Público, Chile Transparente e Observatorio Gasto Fiscal.

As 25 propostas que compõem a Estratégia foram formuladas num processo aberto aos cidadãos, no qual participaram 23.453 pessoas (47% identificadas como mulheres) de todas as regiões do país. No evento, a Controladoria Geral da República, Sr. Jorge Bermúdez destacou que o trabalho foi realizado de acordo com as normas internacionais e sublinhou o papel das Instituições Superiores de Auditoria na luta contra a corrupção.

A Estratégia é estruturada sob os pilares da Boa Governança; Proteção dos recursos públicos; e Probidade e democracia; e procura fortalecer a contribuição da Controladoria Geral na construção de um Estado mais probatório e transparente.

Saiba mais sobre esta Estratégia e suas próximas atividades visitando seu website:

<https://www.contraloria.cl/portalweb/web/estrategia-nacional-anticorrupcion>

Começa em Cuba o trabalho de elaboração de um projeto de lei para a nova Lei da Controladoria Geral



CONTRALORÍA GENERAL
REPÚBLICA DE CUBA

Um grupo de trabalho interdisciplinar de 51 membros com representantes da Controladoria Geral da União, províncias, auditores, chefes das unidades centrais de auditoria da Procuradoria Geral da República, Ministério do Interior, Banco Central, vários ministérios, organizações sociais e de massa e acadêmicos foi criado em Cuba para redigir o anteprojeto de lei que regulamentará as funções do órgão supremo de auditoria do Estado.

Coordenado pela Controladoria Geral da República, Gladys María Bejerano Portela, e com a presença do Ministro da Justiça, Oscar Manuel Silveira Martínez, o grupo iniciou suas consultas e debates para preparar o projeto de lei que atualizará a Lei 107 de 2009, com o objetivo de submetê-lo em 30 de dezembro para iniciar seu curso legislativo de consultas antes da data em que será debatido no Parlamento cubano em 2022.

Bejerano Portela salientou que existe um diagnóstico que precede este trabalho, enriquecido e sistematizado durante os 12 anos desde a criação do organismo, que será adaptado às condições atuais e as opiniões de todos os atores envolvidos no Sistema Nacional de Auditoria, gerentes e trabalhadores das entidades sujeitas a controle serão ouvidos.

PROCESO PARA APROBACIÓN DE LA LEY DE LA CONTRALORIA GENERAL DE LA REPÚBLICA, SU REGLAMENTO Y DEMÁS DISPOSICIONES JURÍDICAS

PASO 1 EL DIAGNÓSTICO

Se toman como antecedentes:

- Diagnóstico legal en la CGR 2018
- Constitución de la República de Cuba 2019
- Disposiciones jurídicas en las que se menciona a la CGR
- Experiencia de más de 10 años de trabajo



PASO 2 ORGANIZACIÓN DEL PROCESO

• 2019, comisión interna para modificación de la Ley
• 2021, Grupo Temporal de Trabajo para la Política y actualización de la Ley, integrado por cuadros y funcionarios de la CGR, jefes de unidades centrales de auditoría interna de Ministerios y OSDE, auditores internos de base, directivos y ejecutivos de entidades productivas y de servicio, representantes de la academia, sociedad civil y órganos y organismos de la Administración Central del Estado



PASO 3 APROBACIONES

- Presentación del proyecto de la Política y Cronograma al MINJUS (noviembre de 2021)
- Presentación de Anteproyecto de Ley al MINJUS (diciembre 2021)
- Proceso de consultas
- Aprobación de la Ley en ANPP (2022)



"En prever está todo al arte de salvar"
José Martí

www.contraloria.gob.cu

A Controladoria Geral da República de Cuba realiza visitas de intercâmbio e consultoria para diagnosticar a eficiência econômica



As visitas de intercâmbio e assessoria realizadas pela Controladoria Geral da República e pelo Sistema Nacional de Auditoria de Cuba a uma amostra selecionada de 112 entidades que atuam em seu funcionamento, o que permitirá um diagnóstico antes do final do ano de sua eficiência econômica e as ações para melhorá-la.

Os auditores, juntamente com gerentes e funcionários das entidades selecionadas, examinam, usando o método de amostragem aleatória, as operações realizadas no final de dezembro de 2020 e de janeiro a setembro de 2021. O objetivo geral das visitas é realizar um efetivo intercâmbio e assessoria de verificação sobre o processo implementado pelas entidades para a condução e cumprimento das 43 medidas aprovadas para o sistema empresarial estatal cubano, para treinar e formar auditores, para contribuir com a capacitação e esclarecimento das administrações e a análise e interpretação das demonstrações financeiras como fonte de informação prévia, os desvios mais representativos nas contas contábeis, o que inclui a avaliação das causas que afetam os desvios e as medidas adotadas. Também são verificadas as regulamentações que implementam as Diretrizes Governamentais no processo de elaboração e execução do Plano Econômico 2021 na atividade empresarial e a correta implementação das medidas derivadas da Tarefa de Ordenação.

As comissões verificam o cumprimento da missão econômica priorizada no Plano do Estado para cada entidade e avaliam o cumprimento do processo de atribuição de funções e descentralização de poderes no sistema empresarial do Estado cubano.



Realização de visitas e entidades pela Controladoria e pelo Sistema Nacional de Auditoria de Cuba.

Magistrado Presidente destaca medidas anticorrupção implementadas pelo CST no fórum

O magistrado presidente do Tribunal Superior de Contas (TSC) de Honduras, Ricardo Rodríguez, apresentou em um seminário patrocinado pela Secretaria de Transparência e pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) as medidas anticorrupção implementadas pela Controladoria Estadual de Honduras.

Ele fez sua apresentação no Primeiro Workshop Nacional para o Desenvolvimento e Implementação de uma Estratégia Nacional Anticorrupção em Honduras, realizado na segunda-feira 5 de julho, que deu continuidade ao Segundo Ciclo de Avaliação do Mecanismo de Implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

O magistrado presidente iniciou sua participação apresentando um vídeo institucional, que incluía o Mandato Constitucional, o Sistema Nacional de Controle de Recursos Públicos (SINACORP), atividades de controle, visão e missão de acordo com o Plano Estratégico 2019-2024.

Ele lembrou que o Congresso Nacional aprovou o Decreto 145-2019, publicado em março de 2020, a reforma da Lei Orgânica, que permite a aplicação de controles simultâneos e simultâneos; um mecanismo que permite a comunicação oportuna e apropriada de possíveis irregularidades que levam a atos de corrupção, sob sinergia entre as unidades de auditoria interna e o CET.

A reforma também fortalece a independência do CET, atribuindo-lhe a responsabilidade pela seleção, avaliação, nomeação e demissão dos membros das Unidades de Auditoria Interna nas diferentes instituições públicas. Atualmente, estão em andamento os trabalhos de reforma dos Regulamentos da Lei Orgânica, a fim de possibilitar os aspectos que levam ao fortalecimento institucional.



O magistrado presidente do TSC, Ricardo Rodríguez, participou como orador do Primeiro Workshop Nacional para o Desenvolvimento e Implementação de uma Estratégia Nacional Anticorrupção.

O TSC apresenta ao Congresso Nacional o Relatório de Responsabilidade do Setor Público e dos Municípios para 2020

O Tribunal Superior de Contas (TSC) de Honduras apresentou ao Congresso Nacional Soberano da República (CN) o Relatório Consolidado de Responsabilidade do Setor Público e dos Municípios para o ano de 2020.

O Relatório Consolidado de Responsabilidade do Setor Público e dos Municípios, período 2020, condensa a análise das informações apresentadas nos relatórios de responsabilidade apresentados pelas instituições do setor público.



O Plenário da Magistratura recebeu em primeira mão os resultados do Relatório de Responsabilidade do Setor Público e Municipal 2020.

Nesta ocasião, foi analisada a gestão de 90 instituições do Setor Público de Honduras, sobre a Liquidação do Orçamento Geral de Receitas e Despesas da República e das Instituições Descentralizadas e Desconcentradas.

O relatório contém um amplo contexto econômico, incluindo o exame do planejamento e do cumprimento do orçamento de despesas com foco na gestão da pandemia covid-19 e os efeitos das tempestades Eta e Iota, com conclusões e recomendações,

Além disso, avaliações importantes, como a análise das reformas fiscais e gastos fiscais, análise comparativa dos saldos das contas da Dívida Pública contidos nas Demonstrações Financeiras do Setor Público e do Governo Central. Da mesma forma, uma avaliação dos Planos Operacionais Anuais das 90 Diretorias e/ou Unidades de Auditoria Interna do Setor Público e das 210 correspondentes aos Municípios, entre outros.

O TSC considera importante caracterizar a natureza da Gestão Pública, os instrumentos de gestão e medição, os sistemas de controle e o processo de Integração e Consolidação das Informações Contábeis do Setor Público.

A Controladoria Geral da República do Panamá recebe o Relatório de Auditoria Social



Controlador Geral Gerardo Solís e Monsenhor Rafael Valdivieso.

A Comissão de Justiça e Paz, representada pelo Presidente da Conferência Episcopal do Panamá, Dom Rafael Valdivieso, entregou à Controladoria da República, Gerardo Solís, um relatório com os resultados da Auditoria Social do Programa de Solidariedade do Panamá no final do primeiro ano do Acordo de Cooperação e Apoio assinado entre as duas entidades.

A supervisão cidadã da Comissão de Justiça e Paz envolveu mais de 140 auditores sociais que, ad honorem, realizaram 278 visitas de campo cobrindo 45% dos 695 municípios do país, coletando 454 relatórios cidadãos sobre a distribuição de sacos de alimentos, vales de solidariedade e vales digitais.

De acordo com o Diretor Nacional de Supervisão, Jorge Luis Quijada, do número total de relatórios cidadãos, 147 foram entrados na plataforma "Cuidemos Panamá Solidario" da Controladoria Geral da República, dos quais 59 casos foram investigados e encerrados e 88 estão sob investigação, enquanto 307 foram avaliados como reclamações.

Necessidade de mais auditorias de gestão



Por: Janel Andrés Ramírez Sánchez, Presidente da Câmara de Contas da República Dominicana.

O presidente da Câmara de Contas, Janel Andrés Ramírez Sánchez, disse que aproximadamente 80% das auditorias realizadas por esta entidade são financeiras, razão pela qual é necessário aumentar o número de auditorias de desempenho, para avaliar a eficiência, eficácia, economia e qualidade no uso dos recursos públicos e estudos e investigações especiais.

“É necessária uma reorientação dos tipos de auditorias para garantir que o erro seja detectado e que seja levado à justiça com um efeito punitivo”, insistiu ele.

Ele falou sobre o assunto no XIX Congresso Regional de Auditoria Interna, Controle de Gestão, Risco e Finanças “Gerar Valor em um Ambiente Resiliente”.

Diante de uma audiência de auditores e contadores do Peru, Chile e República Dominicana, ele disse que as diretrizes de auditoria do país estão ultrapassadas, que a estrutura de gestão de auditoria precisa ser reorientada e que os documentos de trabalho e modelos ilustrativos precisam ser padronizados e estruturados. Além da necessidade de usar software para análise de dados e amostragem estatística.

Webinars ASOFIS

O Escritório Federal Superior de Auditoria do México preside a Associação Nacional de Órgãos Supremos de Auditoria e Controle Governamental, A.C., (ASOFIS). Este é o órgão que reúne as 32 Instituições Superiores de Auditoria locais.

Um dos princípios norteadores da ASOFIS é “promover a colaboração estreita e permanente entre a Associação e seus membros”, e “monitorar a legalidade, economia, eficiência e eficácia na atividade financeira e programática governamental” e com o objetivo de promover o intercâmbio de conhecimentos, a ASF realizou três ciclos de Webinars nos quais participaram especialistas da região da América Latina e Caribe.

Especialistas das ISC da Argentina, Chile, Costa Rica, El Salvador e Peru participaram do ciclo com foco no INTOSAI P-12 nas Instituições Superiores de Auditoria Locais do México, e agradecemos sua importante colaboração em temas como planejamento e programação de auditoria, uso e exploração das TIC, combate à corrupção e auditoria de fundos de emergência e de desastres.



Enrique González, da Controladoria Geral da República da Costa Rica.



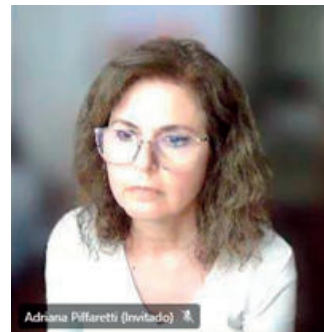
René Alfonso Chinchilla Ardón, Tribunal de Contas da República de El Salvador.



Angélica Castillo Ríos da Controladoria Geral da República do Peru.



Nayareth Calfulaf Barrueto, Controladoria Geral da República do Chile.



Adriana Piffaretti do Escritório do Auditor Geral da Argentina.

Os Jovens Auditores EFS Peru verificam o cumprimento das normas



O maior número de ombudspersons escolares estava concentrado nas regiões de Lima, Piura, Arequipa e Junín.

20

Em 2021, a EFS Peru continua a promover seus programas de participação cidadã virtualmente devido à COVID-19. Um deles é o Juve Auditors, onde participam mais de 200 mil estudantes do ensino médio de instituições de ensino públicas e privadas. Eles realizam uma supervisão virtual para verificar o cumprimento das normas em vigor.

No cão de guarda virtual, as crianças em idade escolar, com o apoio de seus pais, completam formulários digitais sobre serviços públicos prestados na comunidade ou instituição de ensino. O cão de guarda "Acessibilidade e Ciclovias", por exemplo, tem como objetivo identificar a conformidade dos governos locais com as normas de acessibilidade para pessoas com deficiência e adultos mais velhos no ambiente urbano e edifícios em sua jurisdição.

Eles também verificam o cumprimento das regras de promoção e regulamentação do ciclismo como meio de transporte sustentável e eficiente (ciclovias) pelos municípios. As informações são então processadas e analisadas e encaminhadas aos funcionários do governo local, que devem adotar medidas para facilitar o trânsito de pessoas com deficiências, idosos e ciclistas na infraestrutura pública.

Um total de 75.079 estudantes, 70.289 pais e 2.977 instituições de ensino em todo o país participaram do monitoramento virtual.

EFS Peru estabelece requisitos mínimos para cargos de confiança



O projeto padroniza os requisitos a serem atendidos por funcionários públicos e servidores de confiança livremente nomeados ou removidos.

A fim de contribuir para melhorar a gestão pública, a Controladoria Geral da República do Peru apresentou um projeto de lei ao Congresso da República para estabelecer requisitos mínimos para funcionários livremente nomeados e removidos, bem como para o pessoal em cargos de confiança.

Se a iniciativa legislativa (PL N° 0149-2021-CGR) for aprovada, somente profissionais com experiência comprovada poderão liderar uma entidade pública, de modo que o Estado terá funcionários competentes com as habilidades necessárias para desempenhar o cargo, o que terá impacto em maiores níveis de eficácia e eficiência na administração pública.

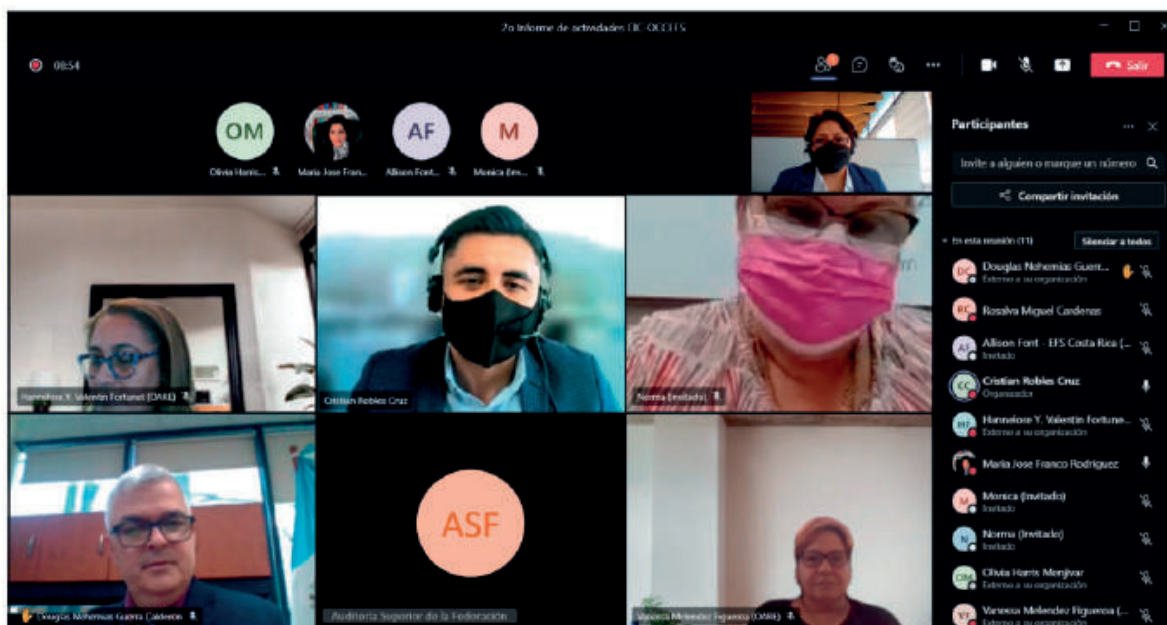
Por exemplo, propõe-se que os funcionários nomeados como chefes de entidades ou unidades executoras devem ter pelo menos concluído o ensino superior e um certo número de anos de experiência de trabalho.

O perfil mínimo deve ter o status de uma lei, de modo que não possa ser alterado por nenhum funcionário ou organismo público. Mais informações em www.contraloria.gob.pe.

ATIVIDADES OCCEFS E EFSUR



Entrega do relatório trimestral da Comissão de desenvolvimento de capacidade



Representantes das EFS da Costa Rica, Guatemala, Honduras, México e Porto Rico.

Em 16 de julho de 2021, a Comissão de Capacitação do OCCEFS, coordenada pela Auditoría Superior de la Federación (ASF) do México, apresentou o relatório de atividades para os meses de abril a julho de 2021 à Controladoria Geral de Contas da República da Guatemala e ao Tribunal Superior de Contas de Honduras, Presidência e Secretaria Executiva do OCCEFS.

A reunião destacou a série de Webinars sobre Ética Pública e Integridade, realizada em maio de 2021, que teve como objetivo discutir e trocar experiências sobre questões atuais de ética pública e integridade entre as EFS membros do OCCEFS.

Por outro lado, a coordenação da CIC apresentou o progresso da Estratégia de Treinamento, especialmente o curso autogerido sobre auditoria de desempenho com foco nos ODS que está sendo preparado pela ASF. Da mesma forma, o Escritório da Controladoria Geral da República da Guatemala apresentou a proposta para o Programa de Treinamento em Auditoria de Desempenho.

Finalmente, no âmbito do relatório do OCCEFS Avaliação das necessidades de treinamento (DNC), foram discutidos a preparação, desenvolvimento e possíveis tópicos que poderiam ser abordados nos Webinars do ODS, uma iniciativa a ser realizada durante o último trimestre de 2021.

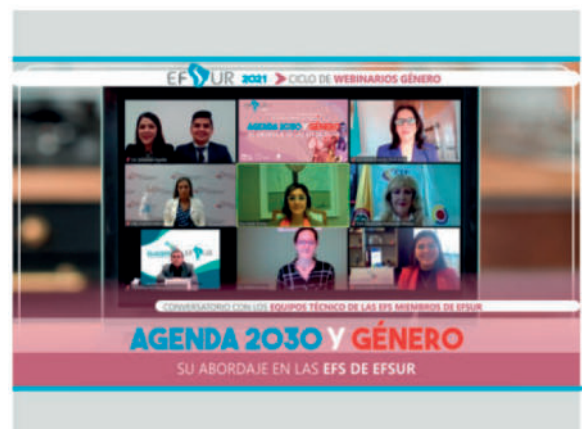
Pelo quarto ano consecutivo, a organização das Instituições Superiores de Auditoria do Mercosul e Países Associados (EFSUR) realizou uma série de Webinars sobre igualdade de gênero. Os Webinars organizados pela equipe da EFSUR Argentina foram realizados na quinta-feira 26 de agosto e quinta-feira 30 de setembro através da plataforma Zoom.



A primeira reunião “Mulheres e liderança: desafios para uma participação igualitária” contou com a participação de 371 pessoas de toda a América Latina, com a participação das mais altas autoridades das EFS da região que compartilharam suas experiências de liderança dentro de suas instituições. As apresentações foram feitas pela Ministra Ana Arraes, Presidente do Tribunal de Contas do Brasil; Cra. Susana Diaz, Presidente do Tribunal de Contas do Uruguai; Cra. Diana Marcos, Ministra do Tribunal de Contas do Uruguai, e a Controladoria Geral Adjunta do Equador, Ing. Sonia Sierra.

A segunda reunião tratou da Agenda 2030, questões de gênero e sua abordagem nas EFS do EFSUR. Nesta ocasião, os agentes da EFS apresentaram suas experiências na implementação da perspectiva de gênero no controle público governamental. O primeiro painel se referiu ao trabalho coordenado de auditoria sobre o ODS 1 sob a perspectiva de gênero; o segundo sobre a crise da COVID-19 e seu impacto na igualdade de gênero. Em seguida, foi apresentado o relatório anual sobre a compilação das regulamentações de gênero nos países sul-americanos e, finalmente, a experiência de implementação da abordagem de gênero dentro da EFS da Colômbia.

No encerramento do evento, o Auditor Geral da Argentina Lic. Graciela de la Rosa observou que “a igualdade de gênero é um objetivo compartilhado por nossas entidades, um desafio que incorporamos tanto nas tarefas de auditoria e auditoria quanto na concepção de políticas com uma perspectiva de gênero dentro de nossas próprias instituições”.



ATIVIDADES OCCEFS E EFSUR



EF SUR avança em auditorias com uma perspectiva de gênero



As Instituições Superiores de Auditoria do Mercosul e Países Associados (EFSUR) continuam empenhadas em abordar a Agenda 2030 e a supervisão pública da implementação das Metas de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para este fim, está sendo finalizado o relatório consolidado da auditoria coordenada do ODS 1 Fim da pobreza com enfoque no gênero, na qual 7 EFS da América do Sul estão participando.

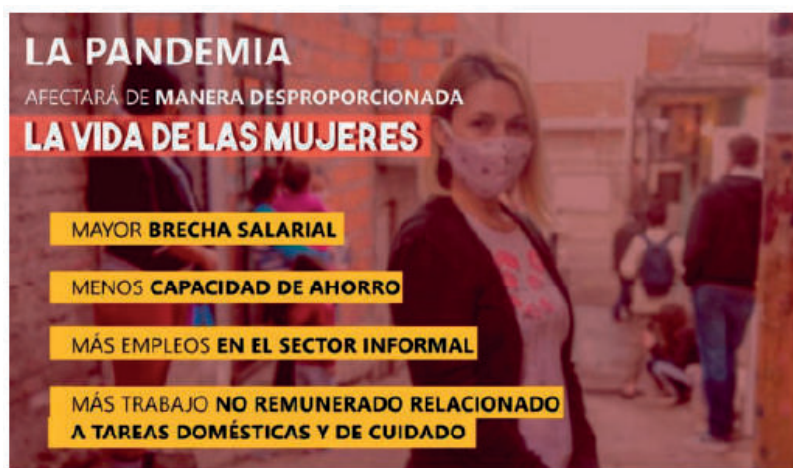


O documento enfatiza o conceito de feminização da pobreza que é usado para questionar a noção tradicional de pobreza, seus indicadores e seus métodos de medição; e para conotar o crescente empobrecimento material das mulheres. Para este fim, a auditoria concentrou-se nas metas 1.2: reduzir à metade a pobreza em todas as suas dimensões; e 1.4: garantir os direitos econômicos universais.

25

Outro relatório da EFSUR sobre questões de gênero é a compilação de regulamentos de gênero nos países da região. O trabalho é coordenado pela EFS do Equador e consiste em um documento que inclui legislação internacional e nacional sobre gênero, constituindo uma ferramenta de análise e consulta.

A EFSUR está comprometida com a tarefa de auditar com uma perspectiva de gênero. Portanto, planejou uma nova auditoria sobre a implementação de políticas para atender a ODS 1 sob a perspectiva de gênero no contexto de uma pandemia em 2020. Para mais informações sobre as auditorias coordenadas, por favor, visite [efs.org](https://www.efs.org).



O Escritório da Controladoria Geral da República do Chile organizará o “V Seminário Internacional sobre Metas de Desenvolvimento Sustentável, Supervisão e Instituições Sonoras”



Como se tornou uma tradição, a CGR do Chile realizará uma nova versão do Seminário Internacional sobre ODS, a ser realizada nos dias 9, 10 e 11 de novembro. Esta atividade, que vem ocorrendo desde 2016, teve o objetivo de destacar a importância da Agenda da ONU 2030 e como os governos, o setor público, a sociedade civil organizada e a comunidade em geral devem fazer esforços e ações coordenadas para sua implementação.

Este ano e considerando o cenário atual da saúde, a conferência será realizada em um formato misto, das 11:00 às 13:00 horas (Santiago), na forma de uma discussão e dirigida ao público em geral, para a qual haverá interpretação simultânea em inglês, espanhol e português.

Em 9 de novembro, o tema “Fortalecimento da Supervisão para a Boa Governança e o Desenvolvimento Sustentável” será abordado. Em 10 de novembro, a conferência abordará o tema “Trabalho Decente e Empoderamento da Mulher para o Desenvolvimento Sustentável”. Finalmente, em 11 de novembro, será discutido o tema “Direitos Ambientais e sua Importância de uma Abordagem Multidimensional para o Desenvolvimento Sustentável”.



Série de Webinars de Auditoria Coordenada da ODS 3B

Em 18 de outubro de 2021, foi realizado o 1º Seminário Web “Desafios e oportunidades para a implementação, acompanhamento e revisão da Meta de Desenvolvimento Sustentável (ODS) No. 3 e suas metas: Por que abordar a meta 3B?” com a participação de 18 Instituições Supremas de Auditoria e 146 auditores.

Durante o treinamento, foi relatado que em colaboração com a Iniciativa de Desenvolvimento INTOSAI (IDI) está sendo desenvolvida uma plataforma web onde podemos encontrar informações valiosas como mapeamentos, estatísticas, documentos e utilizá-la como espaço de trabalho para as diferentes etapas da Auditoria Coordenada. Além disso, os participantes foram informados de que foram feitos acordos com a Organização Pan-Americana de Saúde que nos acompanhará nesta Auditoria Coordenada. Finalmente, foi observado que de acordo com o calendário, a oficina de planejamento será realizada em novembro deste ano.

Além disso, em 22 e 29 de outubro, foram realizados os Webinars “Metodologia de escalas de avaliação da governança na implementação das metas dos GDS”. Apresentação de um caso de aplicação da metodologia” e “Metodologia para medir os resultados dos indicadores da meta 3b. Apresentação de um estudo de caso sobre a aplicação da metodologia”.

Este ciclo de Webinars teve como objetivo fortalecer o conhecimento sobre o ODS 3 na região e atingir o 3B, a fim de desenvolver novas capacidades para realizar com sucesso a Auditoria Coordenada.

LA CONTRALORÍA GENERAL DE LA REPUBLICA DEL PERU | OLACEFS | GTFD | 3b SALUD Y BIENESTAR | AUDITORIA COORDINADA OLACEFS

Ciclo de Webinars de la Auditoría Coordinada al ODS 3B

Desafíos y oportunidades para la implementación, el seguimiento y el examen del ODS 3 y sus metas. ¿Por qué abordar la meta 3B?	Metodología de “Escala de evaluación de gobernanza en la implementación de las metas ODS”. Presentación de caso de aplicación de la metodología.	Metodología para medir los resultados de los indicadores de la meta 3b. Presentación de caso de aplicación de la metodología.
15 de octubre	22 de octubre	29 de octubre

OUTUBRO

1 - 29	Conferências mestras da OLACEFS no controle governamental
13	Dia Internacional para a Redução de Desastres
17	Aniversário Institucional da EFS da Venezuela
21-22	7º Seminário Internacional de Análise de Dados na Administração Pública - EFS do Brasil
28	Terceiro Encontro do Ciclo Mano a Mano pela Governança, organizado pela CTPBG

NOVEMBRO

3-5	Conferências mestras da OLACEFS no controle governamental
7	Aniversário Institucional da EFS de Brasil
7	Aniversário Institucional da EFS de Costa Rica
9-11	5ª versão do Seminário Internacional "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Auditoria e Instituições Sólidas" - EFS do Chile
10-11	Workshop de introdução ao Python, organizado pelo CTIC
16	Aniversário Institucional da EFS de México
18	XXXI Reunião Ordinária do Comitê Conjunto da EFSUR
25-26	Workshop do Comitê Executivo Projeto OLACEFS_GIZ
29-30	Reunião do CCC

DEZEMBRO

1	Reunião regular do Conselho de Administração da OLACEFS
1-3	30ª Assembleia Geral Ordinária da OLACEFS
2	Assembleia Geral Ordinária da OLACEFS
3	Aniversário Institucional da EFS de Equador
29	Aniversário Institucional da EFS de Panamá

Boletim Cooperando

Publicação trimestral da Organização
Latino-Americana e do Caribe de Instituições
Fiscalizadoras Superiores

The logo graphic for OLACEFS consists of several overlapping, brush-stroke-like shapes in various colors (blue, green, purple, red, yellow) that form a stylized, abstract shape resembling a map of the Americas.

OLACEFS

ORGANIZACIÓN LATINOAMERICANA Y DEL CARIBE
DE ENTIDADES FISCALIZADORAS SUPERIORES

Presidencia_OLACEFS@contraloria.gob.pe

Twitter: [@OLACEFS_oficial](https://twitter.com/OLACEFS_oficial)

Facebook: [@olacefs](https://www.facebook.com/olacefs)

Instagram: [@olacefs](https://www.instagram.com/olacefs)

YouTube: [/OLACEFScom](https://www.youtube.com/OLACEFScom)

Lima, Peru

A horizontal bar at the bottom of the page composed of seven colored rectangular segments: light blue, dark blue, green, purple, dark blue, red, and yellow.